

## **INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA**

Monumentos em lugares públicos de Ribeirão Preto, SP

Lilian Rodrigues de Oliveira ROSA\*

Michelle Cartolano de Castro RIBEIRO\*\*

**RESUMO:** O presente artigo discute a elaboração e a implementação do inventário de identificação dos monumentos em lugares públicos de Ribeirão Preto, executado entre 2006 e 2008, pela Secretaria Municipal da Cultura. O inventário resultou na publicação de um Guia, que abrange todos os monumentos na área e período definidos, pontuando suas condições físicas e reunindo informações que evidenciam o processo de má conservação e falta de visibilidade dessas obras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Monumentos; inventário; patrimônio cultural; Ribeirão Preto.

### **Apresentação**

Este artigo tem por objetivo apresentar e detalhar a elaboração e a execução do “Guia dos Monumentos em Lugares Públicos de Ribeirão Preto”, executado entre 2006 e 2008, pela Divisão de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural e pelo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, integrantes da Secretaria Municipal da Cultura. O Guia resultou de um inventário de identificação, que levantou

---

\* Doutoranda e mestre em História pela UNESP-Franca; docente e coordenadora dos cursos de História e de Geografia do Centro Universitário Barão de Mauá; Chefe de Divisão de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural de Ribeirão Preto.

\*\* Pós-graduanda e licenciada em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Chefe de seção do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

as obras instaladas, entre 1913 e 2005, em praças, parques, avenidas e ruas da área urbana do município de Ribeirão Preto, SP.

O projeto inicial, elaborado em 2006, objetivava realizar um simples registro fotográfico das condições de conservação dos monumentos, além identificar as iniciativas anteriores de inventário, a partir de uma pesquisa histórica. Naquele momento, a Secretaria da Cultura respondia a uma demanda criada pela imprensa que, corriqueiramente, denunciava as péssimas condições de preservação dos monumentos sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

Após uma solicitação da Diretoria de Atividades Culturais da Secretaria da Cultura, os membros da Divisão de Preservação do Patrimônio e do Arquivo Histórico, iniciaram uma discussão referente à ausência de políticas públicas que articulassem e organizassem ações de preservação do patrimônio cultural. Como resultado, foi elaborado um projeto de inventário mais amplo, que contemplava não somente a identificação dos monumentos existentes que representassem parte dos bens culturais materiais do município, mas também, aqueles que, embora não existissem mais fisicamente, continuavam a constituir parte da história da formação do patrimônio cultural da comunidade. Definiu-se que o inventário não contemplaria os bens culturais materiais imóveis, os chamados bens edificados de natureza arquitetônica, compreendendo que essa deveria ser a segunda etapa do inventário de identificação.

A equipe iniciou a elaboração do projeto, partindo de um amadurecimento sobre os conceitos de patrimônio cultural, inventário e monumento, caminho necessário para definir as diretrizes que determinariam a seleção, durante o trabalho de campo, do que seria inventariado como monumento.

O primeiro passo foi refletir sobre o significado de patrimônio cultural, para isso, foi necessário compreender que este, como todos os outros, é um conceito produzido histórica e socialmente. Intimamente influenciado pela percepção que cada sociedade tem do seu próprio passado, o patrimônio cultural sempre guarda em si várias camadas de significados, produzidos por práticas sociais resultantes das articulações

internas e externas entre os campos cultural, econômico, político, intelectual, etc. Essas articulações ocorrem a partir de códigos que podem ou não ser compartilhados por outros grupos, definidos no espaço e no tempo.

Constantemente obrigado a encarar a finitude da sua própria existência, o homem desenvolve um mecanismo que lhe é peculiar: a necessidade de preservar o que lhe confere humanidade: sua produção cultural. Ao colocar em prática a sua intrínseca condição de único ser que tem consciência de passado, presente e futuro, o homem cria e recria o seu espaço de experiência e os seus horizontes de expectativa.

Compreende-se que “de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado”, mas o resultado das escolhas feitas pelas diferentes formas de poder que “operam no desenvolvimento temporal”. (LE GOFF, 1982, p.103) A partir do seu tempo, o ser humano, define os critérios de escolha dos seus testemunhos, sejam eles materiais ou imateriais, que formarão o seu patrimônio cultural, e serão as suas referências culturais responsáveis pela sua identificação e diferenciação em relação a outros grupos.

Com base nisso, o inventário não contemplou apenas parâmetros relativos à técnica e à estética das obras como os definidores norteadores do processo de identificação, mas fundamentalmente o aspecto simbólico. Critérios como monumentalidade, antiguidade, técnica arquitetônica e ou escultórica apuradas, não foram adotados como únicas características para a definição do que é, ou não, um monumento. A legitimação do valor cultural do bem inventariado foi definida a partir da sua referência em relação ao grupo que o produziu, sendo capaz de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas à comunidade, e que, de alguma forma, contribuiu para fortalecer os laços identitários. Dito de outra forma compreende-se o “cultural uma dimensão do social – e não o inverso.” (MENESES In MORI, 2006, p. 33-76)

A partir desses parâmetros básicos, o projeto adotou o conceito de patrimônio cultural como os bens culturais de um determinado grupo, portadores de significados e códigos que permitem a identificação e a

definição do grupo como portador de uma identidade que o diferencia. Gamarra define como,

[...] conjunto de características distintas, espirituais, que caracterizam uma sociedade ou grupo social [...], além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças (GAMARRA, 1998, p. 71).

“Instruir”, “iluminar”, “avisar”, “fazer recordar”, significados atribuídos ao verbo *monere*. Algo que evoca o passado. Para além da simples lembrança, agregando significados variados ao longo dos séculos, a palavra latina *monumentum* remete-se a raiz indo-européia *men*, significando uma das funções da mente: a memória. “Um sinal do passado”, que apresenta a intenção de perpetuar elementos de uma sociedade, caracterizando-se como um legado à memória coletiva. (LE GOFF, 1982, p. 103)

Dentro desse aspecto, a cidade, local por excelência das práticas políticas, pode ser compreendida como um bem cultural, um elemento gerado de maneira abstrata, produzido a partir de relações de força, definidas por tensões, conflitos, interesses divergentes de natureza política, social, econômica e cultural. Dessa maneira, de acordo com Ulpiano Meneses (2006, p. 36)

[...] a cidade não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes se fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade.

Partindo dessas premissas, o monumento é visto como um fragmento da paisagem ambiental urbana, uma forma de representação, a partir da qual a sociedade que o produziu se reconhece, ou identifica parcialmente as práticas que constroem o espaço.

De acordo com Guimarães e Okamura (1994), que realizaram um inventário de caráter acadêmico em Ribeirão Preto, a instalação de monumentos em praça pública tornou-se uma mania no século XIX.

Na busca de perpetuar para as gerações futuras elementos importantes de identidade para um determinado grupo social, normalmente ligado ao poder, os espaços públicos tornaram-se alvo de manifestações artísticas que, não raro, exteriorizam o desejo de dar publicidade, de manifestar homenagem pública, de documentar fatos ou personagens, como uma tentativa de garantia contra o esquecimento.

Definidas as bases teóricas, passou-se a reflexão sobre o instrumento de coleta de dados. Compreendendo o inventário como uma forma de proteção, que identifica testemunhos e os legitima como bens de significado histórico, arquitetônico ou afetivo para uma determinada sociedade, a idéia foi reconhecer e preservar o bem, mesmo no caso dos que não mais existissem fisicamente, mas, só por meio da documentação.

Esse registro foi capaz de oferecer elementos para a compreensão dos processos de transformação sobre a própria percepção do conceito de monumento, sobre as técnicas, e as concepções das formas de viver e fazer da comunidade ribeirãopretana, ajudando na compreensão da importância de um povo apropriar-se da sua memória, ampliando suas relações de identidade com o meio que vive, tornando-se artífice da sua própria história.

Ribeirão Preto, espaço que foi objeto do inventário, é uma cidade relativamente nova, possui pouco mais de um século e meio de existência. Contudo, em decorrência do dinamismo da sua economia, sofreu transformações urbanas rápidas, avançando sobre a zona rural, num processo de construção destrutiva constante. Essas mudanças vertiginosas, sem planejamento, provocam perdas irreparáveis de testemunhos materiais do seu processo de desenvolvimento histórico.

Várias experiências e estudos apontam que os trabalhos de preservação e reintegração do patrimônio cultural devam ser precedidos, obrigatoriamente, da elaboração de um inventário, - contínuo e permanente -, como meio para o reconhecimento das potencialidades da

cidade e, como ponto de partida para qualquer ação ou intervenção. O inventário apresenta-se ainda como um instrumento de pesquisa fundamental para a consolidação de ações voltadas à proteção do patrimônio cultural de maneira integrada aos dos trabalhos de planejamento urbano.

Em encaminhamento do Corpo Técnico de Apoio ao CONPPAC-RP – Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto, em 02 de setembro de 2003, os membros do grupo já concordavam que, para o cumprimento das atribuições deste órgão, definidas pela Lei 77521/1996, modificada pela Lei 2211/2007, a elaboração de um inventário de bens de interesse histórico para a cidade era de vital importância.

Antes disso, outras iniciativas mostraram que a proposta de inventariar os monumentos de Ribeirão Preto não é recente. Em 1957, quando o município já contava com 26 monumentos, a Câmara Municipal aprovou a Lei 566/57, autorizando o executivo a publicar um estudo sobre essas obras, contudo, não foi localizado nenhum documento que indique que o trabalho tenha sido realizado.

Evidenciando uma preocupação com o excesso de obras instaladas na área central do município, em 1961, a Lei municipal 1.108/61, proibiu por prazo indeterminado a construção de monumentos nas Praças XV de Novembro e Carlos Gomes. Em 1965, uma equipe do Colégio Estadual Alberto Santos Dumont publicou no Diário da Manhã, em 31 de agosto de 1965, um “Histórico dos monumentos da Praça XV de Novembro”.

Cinco anos depois, em 1970, José Pedro Miranda, então jornalista do periódico “A Cidade”, listou 45 monumentos, dos quais três eram propostas idealizadas pelo autor e que não chegaram a ser concluídas. Nessa década, os jornais já noticiavam ações de depredação em obras dispostas em praças pública, como a estátua do padroeiro da cidade, São Sebastião, localizada na Praça das Bandeiras, que teve as placas e as letras, confeccionadas em bronze, furtadas.

Em 1979, Mário Moreira Chaves, então coordenador de patrimônio histórico da antiga Secretaria de Educação, Saúde e Bem

Estar Social, inventariou os monumentos em praças públicas de Ribeirão Preto. Nesse levantamento Chaves identificou as condições de conservação, localizou e desenhou croquis, como o do monumento à São Sebastião. Com este levantamento, iniciou-se um importante trabalho de pesquisa por ele encabeçado, que avançou os estudos sobre essas obras e ofereceu importantes subsídios para a realização do presente inventário.

Em 1987, Chaves conduziu um projeto de higienização e recuperação dos monumentos públicos nas Praças da Bandeira, Camões e Praça XV de Novembro. Cinco anos depois, apresentou ao Secretário da Cultura de Ribeirão Preto, um “relato sobre a existência e manutenção dos monumentos”, no qual organizou todas as pesquisas, croquis e outros documentos relativos aos monumentos que reunira entre 1979 e 1992. No início dos anos 2000, Daniel Basso, então responsável pelo MIS (Museu da Imagem e do Som), realizou um registro fotográfico da situação de conservação das obras dispostas em áreas públicas, evidenciando o grau de degradação de vários monumentos.




Todas essas iniciativas, levadas a cabo entre os anos 50 e 2000, revelam a dificuldade do poder público em elaborar e desenvolver projetos de patrimônio cultural de longo prazo, evidenciando a falta de continuidade e condições de execução de ações concretas de intervenção. Isso pode ser explicado pelo não reconhecimento das questões relativas aos bens culturais, por parte do poder público, como integrantes do plano geral de desenvolvimento urbano, portanto, relevantes quanto ao aspecto do planejamento de longa duração.

Partindo da experiência e das informações acumuladas por esses levantamentos, a equipe elaborou e utilizou fichas de inventário inspiradas em modelos já testados e utilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por uma pesquisa realizada por Guimarães e Okamura (1994) e pelo trabalho feito pela Associação dos ex-alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Este último elaborou um projeto de inventário com o propósito de cadastrar os monumentos em lugares públicos feitos por seus ex-alunos. Contudo, acabaram cadastrando

quase todos os monumentos da cidade de São Paulo. Em 2008 esse trabalho tornou-se um catálogo eletrônico. Guimarães e Okamura (1994) inventariaram 29 monumentos, apresentados em monografia da área de Arquitetura, orientada pela professora Dra. Maria Elízia Borges. Esse trabalho foi a primeira pesquisa acadêmica sobre os monumentos do município.

A partir desses exemplos, a ficha de inventário de identificação foi preenchida com dados coletados em campo e em pesquisas históricas, resultando no Guia de Monumentos em Lugares Públicos de Ribeirão Preto.



Ficha de Monumentos em Lugares Públicos - Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Secretaria Municipal da Cultura	
 <p>Detalhe. BASSO, 2000</p>	 <p>Detalhe. BASSO, 2000</p>
 <p>Detalhe. BASSO, 2000.</p>	
<b>Designação:</b> Ao Centenário da Independência do Brasil	
<b>Data de instalação:</b> 7/9/1922	
<b>Origem da iniciativa:</b> Prefeito Dr. João Rodrigues Guião	
<b>Localização atual:</b> Cruzamento das avenidas 9 de julho e Independência	
<b>Bairro:</b> Higiênópolis	
<b>Cidade:</b> Ribeirão Preto	
<b>Localização anterior:</b> Começo da avenida 9 de Julho, quando esta se chamava Independência.	
<b>Autoria:</b> Emílio Moço	
<b>Execução:</b>	
<b>Medidas do pedestal:</b> 3,70x3,70x0,30	<b>Medidas da obra:</b> 1,10x1,10x4,50
<b>Material do pedestal:</b> rocha	<b>Material da obra:</b> rocha
<b>Conservação:</b> monumento em bom estado. <b>Entorno:</b> fição muito próxima ao monumento	
<b>Intervenções:</b> transferido da avenida 9 de Julho, em frente à Recreativa, para o cruzamento desta com a avenida Independência	
<b>Informações contidas na obra:</b> Inscrições em placa de bronze: "Aos exmos. Drs. João Rodrigues Guião e Francisco da Cunha Junqueira, Prefeito e Presidente da Câmara de Ribeirão Preto, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil - Homenagem do município". -1822-1922, o Povo e poderes municipais de Ribeirão Preto, em homenagem a memória dos heróis do Brasil, 7-9-1922. "Ribeirão Preto, villa em 2-4-1871, cidade em 12-4-1889". "A Companhia Eletro-Metalurgica Brasileira inicia no anno do 1o. Centenário da Independência nacional a indústria siderúrgica em Ribeirão Preto". -7-9-1922. A festiva data foi saudada com hynnos patrióticos e juramento a bandeira pelos 5 mil alunos das escolas do municipio de Ribeirão Preto.	
<b>Observação:</b> "Obelisco em pedra composto por cinco blocos e dois cinturões". (OLIVEIRA, M. H. R., 2007)	
<b>Histórico:</b> o Obelisco foi instalado como parte das comemorações do centenário da Independência do Brasil. Inicialmente localizava-se na avenida 9 de Julho, próximo à Recreativa, posteriormente, no governo do prefeito Duarte Nogueira, ele foi transferido para o cruzamento da avenida Independência com a 9 de Julho. Outras denominações: Obelisco da Independência; Monumento ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil.	
Ficha preenchida por Lilian R. de O. Rosa e Michelle C. Ribeiro em Junho de 2008. Última revisão em novembro de 2008.	

Modelo de ficha utilizada no inventário de identificação

Pesquisando a legislação municipal relativa a monumentos e a preservação do patrimônio histórico, foram identificadas 10 leis, entre 1955 e 1978, nas quais a Câmara Municipal autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a erigir monumentos que nunca foram construídos: 03 monumentos ao imigrante, um à Aviação Brasileira (lei n. 2.365, 9/09/1970), um à San Leandro (lei n. 2.295, 5/11/1969), um à Unidade Nacional (lei n. 2.269, de 11/09/1969), um ao Mestre (lei n. 2.212, de 8/05/1969), uma herma de Costábile Romano (lei n. 1.823, 20/09/1966), uma herma do Dr. Fábio de Sá Barreto (lei n. 484, de 29/12/1955), uma placa comemorativa à visita de Sir Alexander Fleming (lei n. 402, de 4/04/1955), um busto do Engenheiro Jaime Zeiger, no Teatro de Arena (lei 4.350, 20/06/1983) e um busto ao prof. Zeferino Vaz, na Praça XV de Novembro (Lei n. 3.987, de 27/10/1981).

Após essa pesquisa documental e bibliográfica de trabalhos anteriores referentes ao tema, a equipe foi a campo para identificar, fotografar e caracterizar as obras que ainda não apresentavam dimensões, materiais da peça e do pedestal nos inventários anteriores. Por falta de condições técnicas, algumas informações permanecem em aberto, aguardando novas possibilidades de pesquisa que poderão complementar o presente Guia. Com a pesquisa de campo em mãos, foi elaborado um banco de dados em Excel.

O banco de dados, além de apresentar os monumentos em condição de “existente”, também relaciona as obras somente encontradas por meio de pesquisa documental, compartilhando do princípio que o ato de rememorar poderá ocorrer pela ausência da presença física. Recuperar as informações sobre monumentos não mais existentes tem o objetivo de documentar e promover a reflexão sobre o processo de criação, instalação, destruição e esquecimento.

### **Considerações finais**

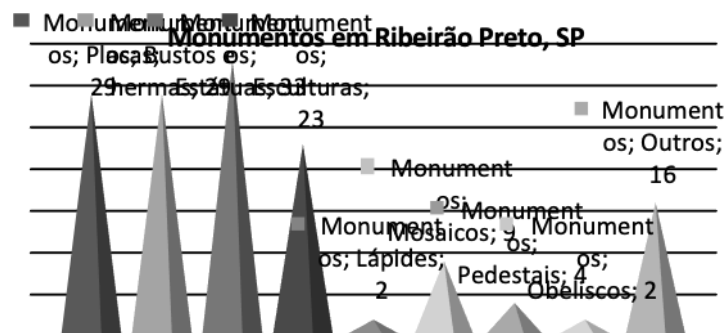
Várias inferências podem ser feitas a partir dos dados coletados pelo inventário de identificação que, de fato, gerou um grande banco de dados que permitirá estudos e análises futuras por parte dos

interessados na compreensão do patrimônio cultural, da memória e da construção do espaço urbano. Em caráter de considerações finais, apontaremos apenas algumas possibilidades de análises possíveis.

Dos 128 monumentos inventariados, 20 estão numa listagem de “monumentos não catalogados”. Essa lista aponta para uma ação contínua de atualização e necessário aprofundamento das pesquisas sobre obras cuja inclusão no Guia ainda está em fase de discussão pela equipe.

Quanto aos 128 monumentos já inventariados e incluídos no Guia de Monumentos, é possível aferir alguns dados que possibilitam uma visão mais ampla das obras estudadas.

Analisando a tipologia dos monumentos, é possível identificar que a maioria é composta por estátuas, bustos e placas, como é possível observar no gráfico, abaixo:



Fonte Guia de Monumentos em Lugares Públicos de Ribeirão Preto

Dentre o total de monumentos, cerca de 30 obras, além de detalhes e placas de identificação, não foram encontradas fisicamente, provavelmente devido a furtos e vandalismo, entre outros:



Outras análises podem ser feitas com base no levantamento dos monumentos de Ribeirão Preto. Uma delas é a possibilidade de agrupamento quanto ao tema que motivou a construção da obra. Um desses temas é a homenagem a personalidades famosas em nível internacional, nacional, regional. A grande maioria se constitui de homens que tiveram carreira política ou importância religiosa, num total de 44 personalidades: 5 internacionais; 11 nacionais (entre eles os pracinhas e os bandeirantes); 20 regionais; 08 religiosas (sendo que duas delas são homenagens a Cristo).

A necessidade de estabelecer marcos cuja função é comemorar, homenagear e registrar a ocorrência de fatos considerados representativos internacionalmente, nacionalmente ou em nível regional é outro elemento motivador da instalação de monumentos em praças públicas. Foram identificados 18 monumentos que rememoram fatos históricos, sendo que 6 eram fatos de caráter internacional; 6 eram homenagens a fatos de relevância nacional e outros 6 de caráter regional.

Além das obras que originalmente foram concebidas como monumentos, é possível identificar aquelas que foram re-significadas. Tendo originalmente funções práticas, passam a representar uma espécie de legado que, ao mesmo tempo em que registra um determinado momento histórico, agrega o significado de simbolizar aspectos da sociedade que o concebeu. Um destes casos é a locomotiva, instalada na Praça Schmidt, representativa de um momento importante para o desenvolvimento do município com a chegada da ferrovia. Na época em que o único barulho que se ouvia eram os trotes dos cavalos, as crianças nas ruas, os jovens nas praças, a locomotiva era o símbolo do progresso, pois trazia em seus vagões a modernidade, o tempo das indústrias. Ao olharmos ela na praça, esse tempo nos parece muito distante, e o símbolo que a mesma representava para a cidade na época, hoje para nós é apenas monumental.

Quanto à localização dos monumentos, mais de 60% localizam-se em praças públicas, o restante está distribuído entre avenidas, parques, instituições públicas, como os Museus Histórico e do Café e o

Bosque Municipal. Esse dado evidencia que a grande maioria das obras está sob a responsabilidade direta da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, cabendo a esta, por meio das suas secretarias municipais as obras de conservação necessárias, que acabam não sendo executadas adequadamente por falta de políticas públicas em relação ao seu acervo de bens culturais, de técnicos especializados para as obras de manutenção, elementos que evidenciam a urgência da implantação de um política pública de patrimônio cultural do município.

Dentro do contexto apresentado, Ribeirão Preto é um bom exemplo do processo de esquecimento em relação aos seus bens culturais. Durante o período de realização da pesquisa, dois bustos foram furtados: do Cel. Francisco Schmidt, em 2007, localizado na Praça Schmidt, e o do Cel. Quinzinho da Cunha, furtado no início de 2008. Além dos furtos e da depredação criminosa, as obras localizadas em praça pública passam por um processo de deterioração intensificada pela falta de manutenção. Tudo isso, aliado à falta de informações nas obras, concorre para consolidar a idéia que o monumento é compreendido como mais um equipamento em praça pública, como um banco, ou uma luminária, cristalizando a perda de significado da obra como objeto de contemplação, apreciação, informação e identidade histórica.

ROSA, Lílian R. de Oliveira; RIBEIRO, Michelle C. de Castro. Institutionalization of memory: monuments in public places of Ribeirão Preto, SP.

**ABSTRACT:** The present article discusses the elaboration and implementation of the identification inventory of the monuments in public places of Ribeirão Preto from 2006 to 2008 by the Municipal Secretary of Culture. The inventory resulted in the publication of a guide which extended all monuments in the area and period defined above, pointing out their physical appearance and gathering information which highlight the process of need of maintenance and lack of visibility of these works.

**KEYWORDS:** Monuments; inventory; cultural patrimony; Ribeirão Preto.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Associação dos ex-alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. **Monumentos de São Paulo**. São Paulo: Associação dos ex-alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 2008. Disponível em: [www.monumentos.art.br](http://www.monumentos.art.br). Acesso em: 22 de abril de 2009.

BOURDIEU, Pierre F. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: IMAG, 1987. Vol. III.

\_\_\_\_\_. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Legis Suma, s/d. Vol. V.

GAMARRA, Y. **La cooperación Internacional em su dimensión cultural y el progreso del Derecho Internacional**. Madri: MÆE, 1998.

GUIMARÃES, D. J. L.; OKAMURA, M. R. M. **Monumentos de praça pública de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda, 1994. (Monografia)

GALLO, H. (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006. P. 33 – 76.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1982.

MENESES, U. T. B. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In MORI, V. H.; SOUZA, M. de S.; BASTOS, R. L., PAPA, Theodoro José. **Contando à nova geração a história do Espiritismo em Ribeirão Preto**. Capivari: Gráfica e Editora do Lar, 1989.

PRATES, Prisco da Cruz. **Ribeirão Preto de Outrora**. 1.ed. Ribeirão Preto: Indústria Gráfica José Ortiz Júnior, 1956.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. **Guia de Monumentos em lugares públicos de Ribeirão Preto, SP.** Ribeirão Preto: APHRP, 2008. Disponível em: [www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br](http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br). Acesso em: 22 de abril de 2009.

ROSA, L. R. O.; REGISTRO, T. C. **Ruas e Caminhos:** um passeio pela história de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Padre Feijó, 2007.

SOUZA, W. E. R. Os monumentos de Ribeirão Preto: patrimônio, memória institucional e imaginário social. Ribeirão Preto: USP, 2007. (Monografia)

RIBEIRO, M. C. de Castro. O olhar da população ribeirão-pretana sobre os monumentos das praças XV de Novembro e Carlos Gomes. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2007. (Monografia).

**Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP:**

ALMEIDA, N. M. Bairros de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: [Sn], 2001.

CHAVES, M. M. Relação de monumentos de Ribeirão Preto, com as informações solicitadas pela Divisão de cultura e turismo do Departamento de Educação, Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal. Ribeirão Preto: [Sn], s/d. Datilografado.

\_\_\_\_\_. Estudos diversos para elaboração de relação de monumentos de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: [Sn], 1981. Docs. Datilografados e manuscritos.

\_\_\_\_\_. Breves considerações sobre a criação de inventário dos monumentos históricos da cidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: [Sn], 1992. Datilografado.

MIRANDA, J. P. Monumentos de Ribeirão Preto: bustos, monumentos, hermas, placas, etc. Ribeirão Preto: [Sn], s/d. Docs. Manuscritos e datilografados.

\_\_\_\_\_. Breve Histórico dos Poderes Legislativo e Executivo de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: [Sn], 1979. Datilografado.

REVIDE. Ribeirão Preto: 11 jan. 1998, p. 15-17.

SANTOS, P.T. O Ribeirão Preto histórico e para História. Ribeirão Preto: [Sn], 1948. Datilografado.



Dialogus (Ribeirão Preto) , v. 6, p. 1-15, 2010.

PORTO, M. S. Banco de Dados: Biografia e genealogia dos governantes de Ribeirão Preto: poder executivo e legislativo. Ribeirão Preto: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, 2002-2008. Arquivo digital em desenvolvimento.

Praça dos Expedicionários Brasileiros: monumento aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Ribeirão Preto: PMRP, 1995.